

País poupará US\$ 330 mi com o acordo

A renegociação da dívida externa brasileira junto aos bancos credores privados, acertada ontem, permitirá uma economia imediata de US\$ 320 milhões a US\$ 330, em comissões, redução de spreads e juros, informou ontem o diretor da Dívida Externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas. A renegociação das amortizações, das linhas de crédito de curto prazo para financiamento comercial e interbancários, do período 85/86, totalizou US\$ 31,6 bilhões, mas US\$ 600 milhões não são considerados, pois serão destinados ao pagamento de bancos brasileiros no exterior.

Seixas disse que não tem condições de precisar o número de bancos que assinaram o acordo, calculando em aproximadamente 800 agências somente no projeto "B" (amortização), muitas das quais pertencentes ao mesmo grupo. Do total de US\$ 6,78 bilhões desta linha, relativa a 85, apenas US\$ 27 milhões deixaram de ser assinados por bancos que não concordaram com as condições apresentadas, ou condicionaram a assinatura do acordo à solução de questões pendentes, como o pagamento dos débitos do Comind e do Auxiliar, não honrados com a falência de ambos.

O projeto "C" (linhas de curto prazo para operações de comércio) sofreu maiores resistências, havendo acordo para US\$ 9,5 bilhões dos US\$ 9,9 bilhões pendentes. O projeto "D" (crédito interbancário) teve refinanciados US\$ 5,2 bilhões dos US\$ 5,4 bilhões em questão. Os totais, referentes a 85, serão reescalados por sete anos, sendo os cinco primeiros de carência.

O total relativo a 86, de US\$ 9,6 bilhões (amortizações), ficará congelado no BC até que esteja concluída a nova negociação, disse Seixas. O Governo tentará o refinanciamento plurianual já a partir de 86, junto aos banqueiros internacionais. Ele disse que, no acordo assinado ontem, há uma cláusula estabelecendo que os projetos "C" e "D", cuja negociação teria prazo até 31 de março de 87 para estar concluída, poderão ser prorrogados até 30 de junho, caso os bancos detentores de 95 por cento do crédito concordem. O projeto "B" tem um prazo apenas teórico, até 30 de abril do ano que vem, para ter renegociado a parcela de 86.

Seixas advertiu que a não assinatura do acordo, por alguns bancos, não significa que estas instituições vão deixar de abrir linhas de crédito para o Brasil; mesmo que isto ocorra, existem bancos que não estão no acordo e que mantêm linhas de curto prazo para o financiamento de nossas exportações, segundo ele.

As condições acordadas, que incluem a substituição da Prime (americana), pela Libor (inglesa), como taxa de juros básica, têm efeito retroativo até 18 de janeiro deste ano; com a recontagem dos juros pagos, a diferença será devolvida ou compensada posteriormente, explicou Seixas. Ele apontou as vantagens da renegociação, na redução em 1,5 por cento nos juros (a Libor está em pouco menos de 6 por cento, enquanto a Prime está em 7,5 por cento), e quase 2,5 por cento de redução nos spreads: com o acordo, o spread (sobretaxa) passou a ser de 1,125 por cento, nos empréstimos do setor público, e 1,25 por cento para o setor privado.